



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
AGRONOMIA

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

1.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi criada por meio da Lei nº 3.191 no dia 2 de julho de 1957. Com características multicampi, um (1) Campus na capital e 11 Campi no interior do Estado, a UFPA continua em seu processo de expansão, sempre buscando alternativas de impacto positivo na melhoria da qualidade do ensino na região. A Administração Superior tem sua sede na Cidade Universitária Prof. José da Silveira Neto, em Belém, capital do Estado do Pará. Atualmente a população da UFPA já ultrapassa 61 mil pessoas, distribuídas em cursos de graduação, pós-graduação (Mestrado e Doutorado), ensino fundamental e médio oferecido pela escola de aplicação, docentes e técnicos administrativos, além de convênios mantidos pela UFPA e parceiros.

Os cursos de graduação são ministrados em Belém e nos Campi do interior do Estado, cujas sedes se localizam nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruá, como também em núcleos vinculados aos Campi.

A UFPA tem por missão gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, em particular dos amazônidas, aproveitando as potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com responsabilidade ética, respeito à diversidade biológica, étnica e cultural, garantindo a democratização do acesso ao saber produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania

mediante formação humanística, crítica, reflexiva, plural e investigativa, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo.

A UFPA tem como visão ser referência nacional e internacional como universidade multicampi integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural. Como princípios norteadores suas ações são pautadas na universalização do conhecimento, no pluralismo de ideias e de pensamento, no ensino público e gratuito, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos e na defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

No final da década de 1970, a universidade elegeu uma política inovadora para a expansão da oferta da Educação Superior no interior do Estado. Tratava-se do Projeto de Interiorização. O projeto se propunha a democratizar o acesso à formação superior a uma população excluída do ambiente acadêmico. A negligência e inoperância do Poder Público, a localização geográfica dos municípios distante dos centros urbanos eram apenas alguns dos entraves para ampliação dessa demanda.

A implantação da Universidade no interior do Estado representou um importante marco na dinâmica das sociedades locais, considerando suas ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. A oferta dos cursos em Licenciatura, em particular, possibilitou a formação/qualificação de profissionais da educação atuando em locais contemplados com a titulação acadêmica. É evidente a repercussão da qualificação de profissionais na mesorregião do Sudoeste paraense, no sentido de colaborar para que os sujeitos se mostrem mais conscientes do seu papel enquanto agentes de transformação social.

A primeira fase do processo de interiorização aconteceu sob o modelo das atividades extensionistas dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias (CRUTACs). Inicialmente foram oferecidos Cursos de Licenciatura Curta nas áreas de Letras, Estudos Sociais e Ciências Naturais. O público destes cursos eram professores de nível fundamental e médio dos municípios de Marabá, Soure, Castanhal, Santarém e Abaetetuba, locais escolhidos para implantação da primeira fase do programa de interiorização (UFPA/Universidade Multicampi, 2005).

Altamira, enquanto cidade-pólo no Território da Transamazônica foi contemplada na segunda fase do Programa, no período compreendido entre 1986 a 1989, possibilitando o acesso a Educação Superior a uma população abrangida por aproximadamente 11 municípios situados ao longo da Rodovia Transamazônica e do Baixo Xingu (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador

José Porfírio, Uruarí e Vitória do Xingu). A oferta de cursos ocorreu prioritariamente por meio de licenciaturas para atuação na Educação Básica, vindo atender uma demanda latente nessa região.

Mais recentemente, o Campus de Altamira foi um dos beneficiados do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que o Governo Federal iniciou com o Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, com o propósito de expandir o acesso ao ensino de graduação e aperfeiçoar as taxas de conclusão de graduação. Como estratégias para o alcance das metas pactuadas no programa foram criados novos cursos, no ano de 2008, como Engenharia Florestal, e no ano seguinte foram instalados os cursos de Geografia, Letras Língua inglesa, Etnodesenvolvimento, Educação do Campo e mais recentemente Medicina, sendo uma turma de contrato financiada pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu PDRSXingu e em seguida pelo MEC/UFPA. O Campus conta também com um Mestrado, que iniciou em 2014. Para atender esse novo contexto, o MEC determinou abertura de concurso público para contratação de professores e técnicos de nível médio e superior, além da liberação de recursos financeiros para construção de laboratórios, salas de aulas e prédios administrativos no Campus Universitário de Altamira.

O Campus desenvolve suas ações pautadas nas demandas sociais locais, assim centrados na melhoria do sistema educacional com a formação de professores para atuar na educação básica e de agentes de desenvolvimento (Engenheiros Agrônomos e Florestais) com o propósito de transformação social e econômica, apoiando o setor produtivo agropecuário e florestal e as populações tradicionais como um todo.

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

2.1 Identificação do Curso

2.1.1 Histórico do Curso

O curso de Agronomia da UFPA, em Altamira, teve sua origem diretamente relacionada às demandas da sociedade local, essencialmente aquelas discutidas nos movimentos sociais e instituições públicas da região voltadas para o setor agropecuário, em especial a agricultura familiar. Inicialmente o curso foi organizado a partir da formalização de diversas parcerias com instituições e organizações de agricultores como: EMBRAPA (Empresa Brasileira de

pesquisa Agropecuária), CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), MDTX (Movimento de Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu) e STTR Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais). Essas parcerias em cooperação com o Centro Agropecuário/Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar - NEAF, hoje Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural - NCADR, foram fundamentais para o curso tanto na sua estruturação, como na organização do cotidiano.

A discussão central estava balizada na formação de quadros de profissionais com habilidade para compreender a realidade onde atuam e apoiar os processos locais de desenvolvimento através de métodos participativos e voltado para a agricultura familiar. A ênfase do curso estava centralizada na agricultura familiar, e justificou-se pela relevância que essa categoria representa para a sociedade em geral. Apesar de não serem, durante muito tempo, considerados como fator importante para o desenvolvimento rural, estudos realizados sobre o desenvolvimento de países europeus, asiáticos e norte-americanos, demonstraram a importância da agricultura familiar nesse processo de desenvolvimento rural sustentável, ecológica e economicamente (HAYAMI e RUTTAN, 1985; LAMARCHE, 1993).

A experiência do curso de Licenciatura Plena em Ciências Agrárias em Altamira e Marabá, que ofertou vagas de 1997 a 2000, fortaleceu entre os parceiros a compreensão de que a UFPA precisava avançar mais na formação de profissionais das Ciências Agrárias. Baseado nas diretrizes do III Projeto Norte de Interiorização (1999), que colocava a necessidade de criação de outros cursos da área de Ciências Agrárias, é que se originou o curso de Agronomia nos municípios de Altamira e Marabá. As parcerias inicialmente formadas continuam para o curso de Agronomia em Altamira, ampliando-se para outras organizações de agricultores: a Federação dos Agricultores do Estado do Pará (FETAGRI), Associação das Casas Familiares Rurais do Norte e Nordeste (ARCAFAR).

2.1.2 O Enfoque do Curso

O enfoque principal do curso é a agricultura familiar dada a sua relevância e grande participação no desenvolvimento econômico do país e em especial na região de abrangência da UFPA, Campus de Altamira. "Um terço da população mundial é formado por pequenos agricultores que cultivam menos de 10 hectares: apenas 2% são tecnificados, mais de 70% têm apenas a força de seus músculos como ferramenta. No século XXI, a agricultura ainda é o maior empregador do mundo, 40% da humanidade gravitam em torno dela" (GRAZIANO, 2011). Além disso, nos últimos anos vem ganhando força a discussão sobre o papel desse setor na agricultura, impulsionados pelo debate sobre desenvolvimento local

sustentável, populações tradicionais, geração de emprego e renda e segurança alimentar.

No Brasil de acordo com o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2006, revelou-se que os agricultores familiares respondem por 84,4% dos estabelecimentos do país, ocupam 24,3% da área cultivada e empregam 74,4% da mão de obra do setor agropecuário. Mesmo com pequena disponibilidade de área cultivável, a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, além de 58% do leite, 50% das aves e 59% dos suínos, dentre outros produtos. Tal atividade econômica responde ainda, por 9% (R\$ 173,47 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB) total do país, que foi naquele ano de R\$ 1,94 trilhão - desta forma, o PIB da agricultura familiar é responsável por 32% do PIB do agronegócio brasileiro, que no mesmo ano chegou a R\$ 540,19 bilhões.

O setor agropecuário familiar apresenta importância também na absorção de emprego e na produção de alimentos, e de acordo com Guilhoto et al. (2007), esse segmento da agricultura brasileira responde por uma importante parcela da produção agropecuária, tendo relevante participação no produto gerado pelo agronegócio. O segmento da agricultura familiar cada vez mais vem aumentando sua participação no PIB, que se refere a soma de todas as riquezas geradas no País. Nestes termos, o profissional que atenda esta demanda será imprescindível para o crescimento do País e da região. Ainda de acordo com o IBGE, no Estado do Pará existem 216.404 estabelecimentos agropecuários responsáveis pela produção de bovinos, feijão, cacau, cana-de-açúcar, arroz, mandioca e milho. Grande partes dessas produções provem da agricultura familiar. Um percentual significativo da população da região Norte concentra-se na zona rural. Somente no município de Altamira estima-se 48%, destacando-se a participação da agricultura familiar, em torno de 40 mil famílias desenvolvendo atividades agrícolas diversificadas: cultivos anuais, perenes e criação de bovinos, aves, suínos e atividades extrativistas.

A agricultura familiar representa para a região o setor da agricultura capaz de fortalecer a discussão sobre o desenvolvimento local sustentável respeitando as dinâmicas dos ecossistemas naturais existentes na Amazônia. É a principal geradora de postos de trabalho no meio rural, responsável por 76,9% do pessoal ocupado, mesmo dispondo de menor tecnologia e de menor quantidade de área, e acordo com o censo agropecuário de 1995/96 ? IBGE. Dos 17,3 milhões de pessoal ocupado na agricultura brasileira, 13.780.201 estão empregados na agricultura familiar (INCRA/FAO, 2000). Baseado nestes indicadores socioeconômicos, este novo PPC de Agronomia permanecerá tendo ênfase principal a agricultura familiar em suas diversas manifestações do mundo rural.

2.1.3 A Importância da Construção do PPC como Mecanismo de Organização e Planejamento do Processo Educativo

É importante salientar o processo de construção do PPC como mecanismo de organização e planejamento do processo educativo. Seguindo este preceito e tendo em vista que as normativas e resoluções que estabelecem e regulamentam o curso de Agronomia no país vem mudando nos últimos anos, é conveniente a atual mudança do PPC para se adequar as novas normas e corrigir alguns pontos observados na avaliação diagnóstica para subsidiar a (re) construção do PPC de Agronomia, como segue: No dia 16/06/2010 foi realizado um encontro com os discentes matriculados no curso de Agronomia para avaliar o PPC. Em seguida, nos dias 17 e 18, foi realizado encontro com os egressos do curso e as instituições parceiras como a EMBRAPA Amazônia Oriental, a CEPLAC, a EMATER e a Casa Familiar Rural de Altamira, dentre outros. Esses encontros foram de suma importância para balizar e subsidiar a (re) construção do PPC de Agronomia, conforme síntese apresentada abaixo.

Na discussão com os discentes o principal tema abordado foi referente aos Estágios Supervisionados. Foi enfatizado pelos alunos a importância dos Estágios de Campo, não somente para fazer um relatório, mas para vivenciar, entender e adquirir a confiança da família que recebe os discentes. Sugeriram também que o Estágio de Campo seja mais bem acompanhado pelos docentes que são responsáveis pela atividade.

No encontro, com os egressos e instituições parceiras, algumas observações foram importantes, principalmente as dos egressos que já passaram pelo curso e agora estão atuando profissionalmente e, são de grande importância para avaliar as qualidades e deficiências do curso que fizeram, como a seguir:

O egresso I destacou a importância de se ter um sistema paralelo (seriado) ao invés do atual (bloqueado) que não permite o melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados nas disciplinas e propôs que houvesse disciplinas optativas. Questionou várias disciplinas que possui no atual PPC carga horária insuficiente para os conteúdos como, por exemplo, Hidráulica, Irrigação e Drenagem, e que são a base para o Engenheiro Agrônomo.

O egresso II considerou que os Estágios de Campo podem ser reduzidos e que sejam ampliados em instituições para que os discentes possam adquirir mais conhecimentos técnicos. Um ponto comum aos egressos I e II está na falta de orientação/formação para os discentes elaborarem projetos, dificultando dessa maneira sua atuação profissional ao se deparar com trabalhos de médias e grandes empresas agropecuárias, ao solicitar os seus serviços profissionais.

A instituição I defendeu que o enfoque principal seja a agricultura familiar, mas acha que o

curso poderia dar atenção também ao agronegócio, em virtude da necessidade constante de avanços tecnológicos na agropecuária. A instituição II e alguns egressos concordaram que os Estágios de Campo deveriam diminuir e ter um melhor acompanhamento. O curso deveria ter um maior aprofundamento na área técnica e inclusão de disciplinas como Fruticultura e Silvicultura, bem como uma reformulação em disciplinas diferentes que usam conteúdos repetitivos.

Como pontos positivos, todos os egressos, discentes e instituições parceiras concordaram que o curso oferece uma relação direta com os agricultores com uma abordagem social importante, o que desencadeia uma preparação diferenciada dos profissionais para as condições da região Amazônica e agricultura familiar. Os Estágios de Campo são de suma importância e é um diferencial do curso.

Outro ponto importante foi em relação à interdisciplinaridade existente no curso e a oportunidade de trabalho local devido a carência de profissionais na região. A consolidação da Semana de Integração das Ciências Agrárias (SICA), evento organizado e conduzido por discentes do curso de Agronomia, bem como a publicação dos Anais da SICA, que permitem que os discentes possam publicar os seus trabalhos em um livro indexado, é também uma grande conquista do curso.

De acordo com o exposto, ficam evidentes as qualidades e limitações do curso de Agronomia. Essa avaliação diagnóstica serviu de balizamento no processo de (re) construção deste PP, não só para atender as questões legais, mas também para promover os necessários avanços no curso como orientar os professores e melhor vincular as atividades de ensino, pesquisa e extensão aos métodos didático-pedagógicos, infraestrutura, corpo docente e discente.

A Faculdade de Engenharia Agrônômica pretende realizar encontros anuais através do Núcleo Docente Estruturante (NDE) com discentes, egressos e instituições a fim de promover um processo de avaliação diagnóstica continuada do PPC. Pretender-se-á realizar uma (re)construção do PPC a cada quatro anos como forma de atualizá-lo quanto à legislação que regem o curso de Agronomia, bem como à demanda regional.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Agronomia

Local de Oferta: Rua Cel. José Porfírio

Endereço de Oferta:

Bairro: São Sebastião

CEP: 68372040

Número: 2515

Complemento: Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, Campus II. Faculdade de Engenharia Agrônômica.

Cidade: Altamira

Forma de Ingresso: Processo Seletivo

Número de Vagas Anuais: 40

Turno de Funcionamento: Matutino

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Engenheiro Agrônomo

Total de Períodos: 10

Duração mínima: 5.00 ano(s)

Duração máxima: 7.50 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 3963 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 4756 hora(s)

Período Letivo: Extensivo

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Modular e Paralela

Ato de Criação: Resolução CONSEPE nº 2.744 de 19/10/2001

Ato de Reconhecimento: Portaria MEC nº 4.357 de 13/10/2005

Ato de Renovação: Portaria MEC nº 42 de 05/02/2014

Avaliação Externa: MEC: 2004 e 2012(conceito 3); ENADE: 2004(SC), 2007(3) e 2010(2)

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

A Universidade como espaço privilegiado na formação em nível superior, tradição histórica da Universidade, enquanto locus de formação que articula ensino, pesquisa e extensão, pautados em princípios voltados a crítica, autonomia, diversidade, excelência acadêmica, produção e a difusão de conhecimentos em diversas áreas, a incumbem de expressiva relevância social, na medida em que se constitui como espaço privilegiado na formação de profissionais para atuação no mundo do trabalho, bem como em cidadãos comprometidos com a melhoria das condições de vida em sociedade.

4.1.1 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

O fazer universitário se distingue dos demais espaços formativos por estabelecer como princípio educativo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa tríade reveste o processo formativo de qualidade social, política e pedagógica. Assim, propõe-se envolver os alunos ao longo do percurso acadêmico, além das atividades de ensino, em projetos de pesquisa e extensão, com a finalidade de ampliação e consolidação da formação. A pesquisa é atividade meio-fim de produção de conhecimento e por isso é incorporada como princípio na prática educativa, com a finalidade de imbuir os alunos com espírito crítico e investigativo.

4.1.2 A Flexibilidade e a Interdisciplinaridade como Princípio Curricular

O caráter dinâmico, contraditório e em permanente transformação da realidade social, impõe a adoção de princípios e estratégias que deem contados desafios inerentes ao processo educativo. Dessa forma, não convém pensar em currículos estanques, com a mera justaposição de disciplinas, com conteúdos alheios a realidade dos sujeitos envolvidos. Os pressupostos teórico-metodológicos da interdisciplinaridade pautam-se na natureza una e diversa da realidade e pelas múltiplas determinações que emergem o conhecimento, cujo caráter transitório exige permanente estudo e investigação. Diante disso, princípios curriculares rígidos limitam a capacidade criativa, inovadora e autônoma do processo educativo, por isso, é mister reconhecer a flexibilidade como estratégia e princípio orientador deste PPC.

4.1.3 A Multidimensionalidade dos Sujeitos Envolvidos no Processo Educativo

A Universidade remete a concepção de universal, espaço que abriga sujeitos com diferentes experiências, competências e habilidades. Dessa forma, as singularidades que caracterizam cada um dos sujeitos que integram esse universo não podem ser desprezadas. Ao contrário, elas devem ser utilizadas como instrumento para enriquecer a troca de experiências e conhecimentos no processo ensino-aprendizagem. Além disso, devem ser utilizadas como exercício para a tolerância e o respeito à diversidade.

4.1.4 Indissociabilidade entre Teoria e Prática

A relação intrínseca entre teoria e prática é compreendida como momentos simultâneos do

fazer educativo, contrariamente à concepção instrumental que concebe a prática como mera aplicação da teoria. Toda prática requer elaboração teórica e esta por sua vez demanda experiência prática, para revestir de significado a aprendizagem. O conjunto de atividades teórico-práticas será orientado a partir de experiências cotidianas e de problemas concretos. Assim, o conhecimento produzido pode tornar-se útil e significativo para os alunos.

4.1.5 A Avaliação como Princípio Educativo

A avaliação deve ser compreendida como momento contínuo de percepção e reflexão das dificuldades enfrentadas ao longo do processo educativo e consequente adoção de estratégias para superação dos limites que obstaculizam o desenvolvimento, a contento, dos objetivos pactuados. Na contramão da avaliação meritocrática, burocrática e classificatória, pretende-se adotar práticas avaliativas que estejam voltadas a princípios críticos, reflexivos, dialógicos e participativos, com a finalidade de contribuir com o pleno desenvolvimento de competências e habilidades dos educandos, bem como, favorecer o trabalho docente. Para materializar essa proposta, recorreremos a distintos instrumentos e estratégias de avaliação, que deverão ser utilizados antes (diagnóstico), durante (formativa) e ao final (somativa) do processo ensino-aprendizagem.

4.1.6 A Adoção de Práticas Metodológicas Inovadoras

Para além da concepção tradicional de ensino, na qual o docente é a figura central do processo ensino-aprendizagem, supostamente, portador de conhecimentos e verdades irrefutáveis, cuja tarefa é transmitir aos alunos o conhecimento acumulado. E, os alunos, por sua vez, assumem o papel passivo de receptor e reproduzidor de informação, e, o conhecimento é objeto a ser alcançado pelo aluno, pretendemos adotar metodologias que se pautem pela construção coletiva e participativa do processo educativo. Dessa forma, docente-aluno-conhecimento são elementos interdependentes e com igual medida de importância. É necessária a adoção de tecnologias de informação, espaços e linguagens (verbal, visual, sonora, matemática, corporal, cartográfica, entre outras) que sejam motivadoras e estimulem a interação e o diálogo. Compreendemos que não há fórmulas, nem tampouco padrões a ser rigorosamente adotados, pois o ensino-aprendizagem é um processo mutável e inacabado.

4.1.7 O Trabalho como Princípio Educativo

O homem se distingue do animal, justamente pela capacidade de produção e reprodução das condições materiais de existência, instrumentalizada pelo trabalho. A força motriz da atividade humana é o trabalho e a educação nesse sentido assume papel estratégico: formação de quadros profissionais para o mundo do trabalho. Como a missão institucional desta Universidade é a excelência acadêmica, assumimos o compromisso da formação de profissionais com plenas condições, para assumir e desempenhar, a contento, as funções inerentes ao Engenheiro Agrônomo.

4.1.8 Dimensão Política Econômica

O Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia está fundamentalmente correlacionado com o ambiente social, econômico e político do País ou de uma região. Demandas reais e coletivas da população são ressaltadas, fato que demonstra o comprometimento social e político da Universidade, como centro de excelência, com a sociedade. O ambiente econômico é contemplado a partir da criação do curso no País, pois de acordo com Cavallet (1999), o mesmo surgiu para propiciar soluções às crises de produção, produtividade e mão-de-obra do setor agropecuário.

4.1.9 Dimensão Sociocultural

A ênfase na dimensão sociocultural significa conhecer profundamente as diversidades de origens, raciais, religiosas que permeiam as identidades sociais e os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. A valorização da dimensão sociopolítica e cultural é importante como alicerce para desenvolver a capacidade de leitura crítica de problemas e seus impactos locais, regionais e nacionais, que subsidiará a inserção do egresso no mercado de trabalho, referenciando por um sólido conhecimento da realidade social e padrões éticos.

4.1.10 Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental em sua totalidade deve relacionar os aspectos naturais com os culturais, sociais, políticos, históricos e econômicos, a partir de um entendimento interdisciplinar com outras áreas das ciências agrárias e afins. O entendimento da complexidade dos ecossistemas Amazônicos do ponto de vista local, regional e nacional, deve considerar aspectos políticos, sociais e históricos que envolvem o cenário ambiental

atual. Neste contexto, a educação ambiental será fortalecida no curso de Agronomia em várias atividades curriculares como disciplinas e aulas práticas de campo. Nas disciplinas o discente terá a oportunidade de compreender a importância da proteção do meio ambiente para a sobrevivência do setor e da sociedade, com conteúdos que possibilite produzir de forma sustentável buscando ao máximo o equilíbrio socioambiental. Desta forma, o curso busca se integrar a proposta emanada pelo Governo através do decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 que Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados: I - a todos os níveis e modalidades de ensino. De forma transversal o conteúdo será discutido nas seguintes disciplinas: Introdução a Agronomia, Ecologia, Mecanização Agrícola, Manejo de Doenças de Plantas, Manejo de Pragas Agrícolas, Fitotecnia I, Fitotecnia II, Fruticultura Amazônica, Irrigação e Drenagem, Zootecnia I, Zootecnia II, Forragicultura e Pastagens, Legislação Agrária e Ambiental, Gestão de Recursos Naturais, Sistemas Agrossilvipastoris, Sistemas Agroindustriais, Agroecologia, Desenvolvimento Rural; Olericultura e Plantas Medicinais, Manejo e Conservação do Solo e Água, Química e Fertilidade do Solo e Agrometeorologia e Climatologia. Estas disciplinas estão distribuídas nos blocos, do primeiro ao último semestre do curso, e o discente confrontará os conhecimentos teóricos na realidade local, nas diversas aulas de campo que terá ao longo do curso.

OBJETIVOS DO CURSO

Formar Engenheiros Agrônomos com capacidade técnico-científica e visão integral, ética e humanística, comprometidos com o bem estar da sociedade, exercendo todas as competências relacionadas à profissão e a promoção do desenvolvimento sustentável.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso de Agronomia da UFPA, Campus Universitário de Altamira deve ensejar como perfil:

I - Sólida formação técnico-científica que o habilite ao efetivo exercício profissional;

II - Capacidade crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética, holística e humanística, em atendimento às demandas da sociedade;

III - Compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como utilização racional dos recursos disponíveis, além da conservação do equilíbrio do ambiente;

IV - Capacidade de adaptação e intervenção a processos organizativos e tecnológicos, de modo flexível, crítico e criativo;

V - Capacidade para o exercício de multi, inter e transdisciplinaridade, mobilizando os diferentes campos do conhecimento para melhor analisar e propor soluções dos problemas que se apresentam ao processo de desenvolvimento.

COMPETÊNCIAS

Espera-se que, ao concluir o curso, o profissional tenha as seguintes competências e habilidades:

a) Conhecer a dinâmica da produção agropecuária, a partir do uso de ferramentas teóricas e metodológicas adequadas, que lhes permitam uma observação e intervenção concreta da realidade rural;

b) Compreender o sistema de produção agropecuária de forma integrada, considerando as experiências e culturas das famílias rurais;

c) Capacidade de diálogo, comunicação e gerenciamento participativo de grupos de trabalho;

d) Elaborar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar técnica e economicamente projetos agropecuários, agroextrativistas, agroindustriais e do agronegócio,

aplicando padrões, medidas e controle de qualidade;

e) Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora e promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente;

f) Atuar na organização e gerenciamento do espaço rural, empresarial e comunitário interagindo e influenciando nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais;

g) Produzir, conservar e comercializar alimentos, fibras e outros produtos agropecuários;

h) Participar e atuar em todos os segmentos das cadeias produtivas do agronegócio;

i) Realizar pesquisa científica e tecnológica e estudos de viabilidade técnico-econômica;

j) Exercer atividades de docência, pesquisa e extensão no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão, conforme legislação vigente.

ESTRUTURA CURRICULAR

Considerando aos preceitos legais, emanados do Conselho Nacional de Educação, através de sua Câmara de Ensino Superior, aprovou o Parecer nº 306/2004 que atualiza os pareceres nº 776/1997, 583/2001 e 67/2003 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Engenharia Agrônômica ou Agronomia. Considerando ainda o Parecer 306/2004 da Câmara Plena do Conselho Nacional de Educação, aprovada em 17 de dezembro de 2004, que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônômica ou Agronomia, bacharelado, a serem observadas pelas instituições de ensino superior do País, em conformidade com a Resolução nº 1 de 2 de fevereiro de 2006. E, por fim, a Resolução nº 3.186/2004 que regulamenta os cursos de graduação da UFPA e a

Resolução no 4.399 de 14 de maio de 2013, que institui o Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA, que orienta a organização curricular deste Projeto Pedagógico referenciada nos dispositivos legais nacionais e institucionais citados, resguardada a autonomia didático-pedagógica, prerrogativa garantida constitucionalmente às Universidades.

A organização curricular do curso está orientada por núcleos que congregam um conjunto de atividades curriculares que evidenciam o perfil desejado de formação e as competências e habilidades requeridas. Ressaltando que o princípio interdisciplinar, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a inter-relação entre teoria e prática e adoção de metodologias inovadoras, por meio de tecnologias, espaços e linguagens motivadores são dimensões que balizam o currículo deste curso, resguardado o princípio ético e humanístico, expresso no compromisso com as demandas da sociedade. Por seu turno, as especificidades regionais do curso serão promovidas por atividades no Núcleo Profissional Específico, resguardando a identidade do curso. O Núcleo Integrador corresponde às atividades curriculares com expressivo viés extensionista, atendendo assim uma das características centrais do curso de Agronomia que desenvolve importantes ações na comunidade. A organização curricular deste curso está distribuída nos seguintes núcleos:

Núcleo Básico 870 horas

Núcleo Profissional Essencial 1.575 horas

Núcleo Integrador 948 horas

Núcleo Profissional Específico 570 horas

O Núcleo Básico compõe as atividades curriculares de diferentes áreas do conhecimento que promoverão o embasamento teórico necessário para o desenvolvimento do processo educativo nos demais núcleos. Além de despertar nos acadêmicos habilidades e conhecimentos necessários para a formação profissional.

O Núcleo Profissional Essencial é composto de conhecimentos, práticas e habilidades que expressam a identidade profissional do Engenheiro Agrônomo, elementos indispensáveis para o exercício profissional, nos distintos campos de atuação, tanto no contexto nacional, quanto internacional. O agrupamento destes campos geram grandes áreas que caracterizam o campo profissional, integrando as subáreas que identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Espera-se que o profissional utilize tais instrumentos para compreender os empreendimentos rurais de maneira a torná-los mais eficientes e eficazes. Além de exercer uma competência técnica que vise à construção de questões e orientações de soluções suficientemente audazes, viáveis, socialmente justas e ecologicamente corretas.

O Núcleo Integrador compõe as atividades curriculares de diferentes áreas do curso com

elementos indispensáveis para o exercício profissional, qualificando-o no que se refere às atribuições e habilidades. As atividades complementares e as disciplinas optativas correspondem às atividades acadêmico-científicas de formação complementar, que objetivam oferecer ao discente a oportunidade de contabilizar academicamente atividades que venham contribuir para o seu aprimoramento profissional, compostas por atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, de várias modalidades, sendo reconhecidas, supervisionadas e homologadas pela Faculdade de Engenharia Agrônoma. Propõem-se uma crescente interação entre universidade e o espaço produtivo (campo, empresa, escolas, associações, organizações, centros de pesquisas integradas e casas agropecuárias). As atividades que compõem esse núcleo apresentam como característica ações extensionistas na comunidade e serão desenvolvidas ao longo do curso simultaneamente aos demais componentes curriculares.

Por seu turno, o Núcleo Profissional Específico tem como finalidade garantir a especificidade do curso, preservando sua regionalidade e instrumentalizando o futuro profissional de competências e habilidades que atendam as demandas regionais e locais. Este núcleo visa o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando. Sua inserção no currículo permitirá atender peculiaridades locais e regionais, caracterizando o projeto institucional com identidade própria. Neste sentido, será disponibilizado ao acadêmico a compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação aos problemas tecnológicos, sócio-econômicos, gerenciais e organizativos, bem como utilização racional dos recursos disponíveis, além de conservação e o equilíbrio do ambiente. Inclui também os estágios supervisionados que visam o aprendizado de competências específicas da profissão, permitindo a contextualização curricular por meio de vivências pré-profissionais, subsidiadas pelo arcabouço teórico-prático desenvolvido nos demais núcleos.

Em suma, este componente curricular se propõe a preparação para a realidade profissional, desafios e complexidades a ele inerentes. A elaboração deste novo Projeto Pedagógico de Curso e sua composição em núcleos considerou os desafios emergentes que permeiam a realidade agrária brasileira no nível regional e local e as contribuições do Engenheiro Agrônomo frente a esta realidade. Considera-se igualmente importante a capacitação contínua dos docentes, não para ensiná-los, na forma tradicional, uma nova didática, mas para ajudá-los a construir novas alternativas.

METODOLOGIA

As diretrizes metodológicas adotadas pelo curso de Agronomia serão orientadas para o desenvolvimento das competências científicas, humanísticas e profissionais. Para tanto, o curso será um espaço de comunicação, reflexão, interação e intervenção, considerando as distintas dimensões da atuação profissional do Agrônomo. Nesse contexto, são indispensáveis conceitos como interdisciplinaridade, flexibilidade e adoção de metodologias de ensino inovadoras, que visam precisamente a orientar a formação discente para o objetivo do desenvolvimento dessas competências.

Por isso, as metodologias dialógicas a serem adotadas procurarão orientar os envolvidos no processo educativo à reflexão e à compreensão dos fundamentos e contradições que são inerentes ao campo de atuação profissional, assim como à definição de seus determinantes, buscando concretizar, ao longo do curso, a articulação teoria e prática, o ensino, pesquisa e extensão, o trabalho coletivo e interdisciplinar, de modo que todas as práticas devem orientar-se para a contextualização dos processos agropecuários, que garanta o contato, o diálogo e adequada intervenção nessas realidades. No que se refere ao planejamento das atividades do trabalho docente, este deverá considerar as seguintes dimensões:

- a) a aproximação à realidade socioeconômica, ao objeto de conhecimento e ao campo de atuação do agrônomo ? nessa dimensão a pesquisa e a extensão se constituirão em instrumento de aproximação e de interação do aluno com os distintos espaços de atuação do futuro profissional.
- b) a articulação entre teoria e prática, entre conteúdos dos núcleos básicos, profissional essencial, profissional específico, estágio supervisionado e integrado. A transversalidade e interdisciplinaridade serão permanentemente buscadas, com a finalidade de oferecer subsídios para superar os desafios identificados no cotidiano da atuação profissional;
- c) o ensino, a pesquisa e a extensão como estratégias de apreensão e reflexão sobre a realidade observada, com a finalidade de diagnosticar, compreender, interpretar e intervir na realidade estudada.

Considerando a proposta de estrutura curricular para cada período do curso, as disciplinas definidas serão desenvolvidas tendo como parâmetro um processo contínuo de planejamento dos professores que integram a Faculdade de Engenharia Agrônômica, por meio da Comissão de Avaliação e Planejamento, no sentido de subsidiar, por meio da ação-reflexão-ação, as atividades curriculares a serem desenvolvidas em cada período do curso, de acordo com o Calendário Acadêmico desta Universidade.

Dessa forma, pretende-se criar a possibilidade de estabelecer e vivenciar processos que oportunize sustentação e proposição, permitindo-se, ao mesmo tempo, o diálogo com os conhecimentos sistematizados e a troca de experiências entre estudantes, professores e

técnicos. Nesse sentido, o curso de Agronomia adotará os seguintes recursos metodológicos no desenvolvimento do curso:

4.5.1 Seminários

Os seminários se constituem em recurso metodológico cuja finalidade é promover o desenvolvimento da oralidade, capacidade de síntese e exposição, além de estimular o aluno a organizar, autonomamente, o processo de aprendizagem do conjunto de competências curriculares desenvolvidos ao longo do curso:

4.5.2 Debates e Palestras

Serão amplos momentos de discussão previstos no curso, com o objetivo de fomentar o debate sobre as diversas temáticas ligadas a agricultura familiar, sendo essa mais uma forma a ser utilizada no processo de construção do conhecimento já iniciado nas demais modalidades pedagógicas:

- a) Temáticos ? Ao longo de cada semestre serão selecionados temas pertinentes à problemática da agricultura familiar regional, os quais serão discutidos em formas de debates ou palestras apresentadas por profissionais da área do tema em questão e debatido com o corpo discente;
- b) Interdisciplinares ? Dando sequência à construção da análise holística pretendida no curso, os debates interdisciplinares constituem-se em momentos privilegiados, onde profissionais de diferentes áreas do conhecimento e de diferentes regiões e/ou instituições discorrerão sobre um mesmo tema, a partir de enfoques diferenciados, possibilitando assim o exercício da interdisciplinaridade.

4.5.3 Visitas Técnicas Monitoradas

Constituir-se-ão em momentos privilegiados de confronto entre teoria e prática a serem realizados através de visitas a lugares onde é possível fazer esse confronto (Instituições Públicas, Privadas, Organizações, entre outros). O aluno, por orientação do docente, terá oportunidade de conhecer com mais profundidade as atividades desenvolvidas nesse local, de maneira a fazer o exercício entre o visto na sala de aula e a realidade. Não se trata de estágio, mas sim alguns momentos em que o estudante vai se deslocar às instituições, organizações, entre outros espaços para fazer levantamentos de dados e observações in loco

com a finalidade de maior aproximação com a realidade investigada.

4.5.4 Participação em Eventos Científicos e Culturais

Serão contabilizados como atividades curriculares a participação dos alunos em Seminários, Congressos, Simpósios, Encontros, Exposições Colóquios, Palestras e/ou Cursos de Curta Duração relacionados à área de Ciências Agrárias. Essa participação poderá se dar na forma de: apresentação de trabalhos de pesquisa, ensino ou extensão fruto de sua inserção em projetos; publicações; ou como ouvinte mediante apresentação de relatório.

4.5.5 Participação em Intercâmbios e Projetos de Ensino

Serão consideradas também como atividades curriculares a participação de alunos em projetos, consórcios ou convênios de Intercâmbio (com outras Universidades brasileiras ou estrangeiras) ou de Ensino, com o objetivo de possibilitar trocas de conhecimentos na área de ciências agrárias ou afins, além de dar a oportunidade ao aluno de vivenciar outras realidades universitárias e culturais.

4.5.6 Monitoria

Essa atividade curricular terá como objetivo proporcionar ao aluno o exercício da prática de ensino, uma vez que auxiliará o professor da disciplina no desenvolvimento de suas modalidades pedagógicas.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular, conforme o Art. 74º do Regulamento do Ensino de Graduação tem como objetivos: I - possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho; II - proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades práticas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas com sua área de formação; III - desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio-profissional.

O curso de Agronomia ofertará os Estágios Curriculares como parte do Núcleo Profissional Específico, visando o aprendizado de competências específicas da profissão, permitindo a

contextualização curricular por meio de vivências pré-profissionais, subsidiadas pelo arcabouço teórico-prático desenvolvido nos demais núcleos. Em suma, este componente curricular se propõe a preparação para a realidade profissional e desafios e complexidades a ele inerentes.

Propõem-se uma crescente interação entre universidade e o espaço produtivo (campo, empresa, escolas, associações, organizações, centros de pesquisas integradas e casas agropecuárias). A carga horária de estágio obrigatório do curso será de 180 horas, distribuída no decorrer do percurso acadêmico curricular. A atividade curricular deve acontecer a partir do 4º período letivo e será coordenada e supervisionada por equipe pedagógica, constituída por docentes e técnicos. Os estágios supervisionados deverão estar em sintonia com as linhas de pesquisas e extensão e contemplar os seguintes espaços:

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - Dirigido à Agricultura familiar (30 horas ? Ofertado no 4º semestre do Curso).

O estágio será realizado em uma propriedade familiar rural de livre escolha do discente e que deverá ser credenciada pela Coordenação de Estágios da Faculdade de Engenharia Agrônômica. Nesse estágio será feita a imersão dos discentes na estrutura básica da agricultura familiar, onde o mesmo realizará diagnósticos relacionados às características sociais e organizativas das famílias, bem como levantamento faunístico e florístico da unidade estudada. O estágio terá resolução própria e o estagiário será orientado quanto aos objetivos da atividade curricular, procedimentos, roteiro, forma de avaliação e deverá apresentar relatório analítico descritivo da experiência vivenciada. O relatório será apresentado em forma impressa e será socializado à turma de Agronomia da qual o estudante esteja matriculado, com a finalidade de compartilhar experiências, dificuldades e aprendizados.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - Dirigido a organizações sociais, governamentais e não governamentais, de representação de produtores rurais, tais como: Sindicatos Rurais, Cooperativas, Associações, Federações, Fundações, Institutos, etc. (30 horas ? Ofertado no 6º semestre do Curso).

Nesse estágio será feita a imersão dos discentes em diferentes estruturas de organização de produtores rurais e de instituições que atuam com projetos de pesquisa e desenvolvimento, e que deverá ser credenciada pela Coordenação de Estágios da Faculdade de Engenharia

Agronômica. O discente realizará diagnósticos relacionados às formas de organização, de representação e de atuação dos produtores, destacando-se vantagens e desvantagens de participar das organizações. O discente pode ainda participar de ações em projetos de pesquisa e desenvolvimento que estejam em andamento no período do estágio.

O estágio terá resolução própria e ocorrerá através de convênios a serem firmados entre a UFPA e as Instituições parceiras, conforme regulamenta a legislação em vigor. O estagiário será orientado quanto aos objetivos da atividade curricular, procedimentos, roteiro, forma de avaliação e deverá apresentar relatório analítico descritivo da experiência vivenciada no Estágio. O relatório será apresentado em forma impressa e será socializado à turma de Agronomia da qual o estudante esteja matriculado, com a finalidade de compartilhar experiências, dificuldades e aprendizados.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III ? Dirigido a instituições públicas e privadas de Ensino, Pesquisa e Extensão Rural, bem como em unidades de produção agrícola de pequeno, médio e grande porte (60 horas ? Ofertado no 8º semestre do Curso).

O estágio será realizado em uma Instituição ou unidade de produção de livre escolha do discente e que deverá ser credenciada pela Coordenação de Estágios da Faculdade de Engenharia Agronômica. Nesse estágio será feita a imersão dos discentes na área de produção vegetal e o mesmo deverá ser tutorado por um profissional a ser designado pela instituição concedente. O estágio terá resolução própria e ocorrerá através de convênios a serem firmados entre a UFPA e as Instituições parceiras, conforme regulamenta a legislação em vigor. O estagiário será orientado quanto aos objetivos da atividade curricular, procedimentos, roteiro, forma de avaliação e deverá apresentar relatório analítico descritivo da experiência vivenciada no Estágio. O relatório será apresentado em forma impressa e será socializado à turma de Agronomia da qual o estudante esteja matriculado, com a finalidade de compartilhar experiências, dificuldades e aprendizados.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV ? Dirigido a instituições públicas e privadas de Ensino, Pesquisa e Extensão Rural, bem como em unidades de produção pecuária de pequeno, médio e grande porte (60 horas ? Ofertado no 9º semestre do Curso).

O estágio será realizado em uma Instituição ou unidade de produção de livre escolha do discente e que deverá ser credenciada pela Coordenação de Estágios da Faculdade de Engenharia Agronômica. Nesse estágio será feita a imersão dos discentes na área de

produção animal e o mesmo deverá ser tutorado por um profissional a ser designado pela instituição concedente. O estágio terá resolução própria e ocorrerá através de convênios a serem firmados entre a UFPA e as Instituições parceiras, conforme regulamenta a legislação em vigor. O estagiário será orientado quanto aos objetivos da atividade curricular, procedimentos, roteiro, forma de avaliação e deverá apresentar relatório analítico descritivo da experiência vivenciada no Estágio.

O relatório será apresentado em forma impressa e será socializado à turma de Agronomia da qual o estudante esteja matriculado, com a finalidade de compartilhar experiências, dificuldades e aprendizados. O estágio supervisionado compõe o núcleo profissional específico do PPC, no qual o discente deverá, prioritariamente, realizá-lo nas instituições e propriedades de produtores rurais existentes nos municípios de abrangência do Campus Universitário de Altamira.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares correspondem às atividades acadêmico-científicas de formação complementar, que objetivam oferecer ao educando a oportunidade de contabilizar academicamente atividades que venham contribuir para o seu aprimoramento profissional, compostas por atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, de várias modalidades, sendo reconhecidas, supervisionadas e homologadas pela Faculdade de Engenharia Agrônômica por meio da Resolução no 02/2011 e Normativa no 02/11. Essas atividades poderão se efetivar pela participação do discente nas atividades descritas abaixo:

Discriminação das atividades - Carga Horária Oficial

Atividades externas de vivência profissional - 60

Participação em atividades de Pesquisa - 60

Participação em atividades de Extensão - 60

Participação em atividades de Ensino - 60

Participação em Intercâmbios - 60

Monitoria - 60

Cursos de curta duração na área do curso - 60

Cursos de curta duração em áreas afins - 30

Publicação de artigos em revistas científicas nacionais e internacionais - 60

Publicação de artigos em revistas científicas locais e regionais - 30

Publicação de artigos e trabalhos técnico-científicos - 30

Publicação de trabalhos completos em eventos técnico-científicos nacionais e internacionais - 60

Publicação de trabalhos completos em eventos técnico-científicos locais e regionais - 30

Publicação de resumos expandidos em eventos técnico-científicos nacionais e internacionais - 60 (30 cada)

Publicação de resumos expandidos em eventos técnico-científicos locais e regionais - 60 (30 cada)

Publicação de resumos simples em eventos técnico-científicos nacionais e internacionais - 60 (30 cada)

Publicação de resumos simples em eventos técnico-científicos locais e regionais - 30 (15 cada)

Apresentação oral em eventos técnico-científicos na área do curso - 60

Apresentação oral em eventos técnico-científicos em áreas afins - 30

Apresentação de pôsteres em eventos técnicos científicos nacionais e internacionais - 60

Apresentação de pôsteres em eventos técnicos científicos locais e regionais - 30

Participação como ouvinte em eventos técnico-científicos na área do curso - 30

Participação como ouvinte em eventos técnico-científicos em áreas afins - 15

Participação na organização de eventos técnico- científicos na área do curso - 60 (30 cada)

Participação na organização de eventos técnico- científicos em áreas afins - 30 (15 cada)

Atividades de representação estudantil (de classe) ? 15 Visitas monitoradas - 15 Disciplinas optativas - 60 (30 cada)

Essas atividades devem ser comprovadas com carga horária mínima de 168 horas, as quais deverão ser integralizadas no final do curso. As atividades complementares fazem parte do núcleo integrador do PPC e o discente poderá cursar duas (02) disciplinas optativas na contabilização dessa carga horária.

TRABALHO DE CURSO (TC)

Conforme o Art. 79 do Regulamento de Ensino da Graduação o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular obrigatória, componente do Projeto Pedagógico do Curso, com o fim de sistematizar o conhecimento de natureza científica, artística ou

tecnológica, por meio de estudo de um determinado tema. Para a elaboração do TCC, o discente será orientado a partir do primeiro período com a disciplina Iniciação a Metodologia Científica. As atividades curriculares que precedem o TCC como as Atividades Práticas e as Atividades Complementares, possibilitarão o desenvolvimento de habilidades necessárias para a construção e o estabelecimento da ação de pesquisa.

O TCC terá carga horária de 45 horas e deverá ser realizado em um dos campos do conhecimento que norteiam a configuração curricular do curso, a partir de proposta do discente, com a concordância do seu orientador. Os alunos serão incentivados a desenvolver o TCC a partir de experiências e resultados de projetos de pesquisa e extensão realizados no decorrer do curso. Os princípios orientadores do TCC defendidos pelo presente Projeto Pedagógico do Curso são: originalidade, autenticidade, cientificidade, criatividade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A definição do orientador deverá compatibilizar o quanto possível aos eixos temáticos e linhas de pesquisa, segundo a disponibilidade dos orientadores. Os Discentes, em conjunto com seus orientandos, construirão o plano de desenvolvimento da atividade.

O TCC será individual e o discente deverá defendê-lo no decorrer do último ano do curso, na semana de defesa de TCC, marcada em cada período letivo da Faculdade. Sua defesa será pública e examinada por uma Banca proposta pelo orientador, com os seguintes componentes: Orientador, como Presidente da Banca, mais 02 (dois) professores do quadro docente, podendo ser um deles convidado externo, devidamente credenciado junto ao Conselho da Faculdade. A Resolução 01/2011 e a Normativa 01/2011, regulamentadas pelo Conselho da Faculdade de Engenharia Agrônômica, dispõe sobre as diversas formas de concepção, desenvolvimento e apresentação do TCC, bem como a organização das defesas, o calendário específico, o evento próprio para as apresentações públicas, as formas e os instrumentos de avaliação, respeitando o disposto nos Art. 92 ao Art. 96 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA.

Um dos principais problemas no atual momento é o atraso da integralização dos discentes do curso de Agrônômica que consiste na finalização do TCC. Muitas vezes os discentes saem da Universidade sem defender o TCC e entram no mercado de trabalho o que torna mais difícil a interação do discente com o orientador ou a Faculdade para finalizar os trabalhos. Vários discentes estão em processo de prescrição de acordo com a Instrução Normativa 01/2009 e Art. 118 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA, por ultrapassar o tempo de integralização.

Esse problema poderá ser contornado com a disciplina de Laboratório de Pesquisa que será ministrada no oitavo período do curso e terá como objetivo principal de avaliação a

construção do pré-projeto de TCC. Nessa disciplina os alunos serão esclarecidos sobre as principais linhas de trabalhos dos professores e serão estimulados a desenvolver o seu TCC. Essa disciplina somará juntamente com a Iniciação a Pesquisa Científica ministrada no primeiro período e Metodologia da Pesquisa, ministrada no quinto período, de forma a embasar o discente nas ferramentas de construção e desenvolvimento do projeto de TCC. A ideia é que possamos ter um período para defesas de Trabalhos de Conclusões de Curso no planejamento anual da Faculdade.

POLÍTICA DE PESQUISA

A política de pesquisa da Faculdade de Engenharia Agronômica se baseia na necessária inserção de discentes em atividades de pesquisa nos projetos desenvolvidos pelos docentes da Faculdade, sendo esta inserção a partir de bolsa de Iniciação Científica ou mesmo em regime de participação voluntária. Poderão ser envolvidos alunos regularmente matriculados no curso, sendo as atividades desenvolvidas ao longo do período letivo, ou mesmo fora dele dependendo da natureza da atividade de pesquisa em que o aluno esteja envolvido.

Ao longo do período letivo as atividades deverão ser desenvolvidas concomitantemente às demais atividades do semestre, sendo essas atividades de pesquisa contabilizadas na carga horária de Atividades Complementares realizadas pelo discente da seguinte forma: o discente que participar como bolsista de pesquisa com bolsas do programa PIBIC/UFPA, ou como voluntário em projetos de pesquisa dos docentes da Faculdade de Engenharia Agronômica ou de outras Faculdades do Campus de Altamira ou de outros Campi poderá computar uma carga horária de pesquisa de 60 horas nas Atividades Complementares referentes à pesquisa.

O Programa de Pesquisa da FEA se responsabilizará em orientar e subsidiar os pesquisadores antes e durante sua atividade de pesquisa, bem como atuar na permanente construção de eixos de referência científica que atendam às necessidades locais. O programa auxiliará na estruturação formal do projeto, no encaminhamento para apreciação do conselho, no agenciamento de bolsistas e colaboradores, no acompanhamento dos relatórios, na solicitação de bolsas de Iniciação Científica e no financiamento junto às instituições de fomento evidenciando os editais de pesquisa disponíveis.

Todos os projetos de pesquisa vinculados a Faculdade de Engenharia Agronômica deverão passar pelo conselho da Faculdade para aprovação com parecer de uma comissão da própria Faculdade. Atualmente a FEA dispõem de três linhas de pesquisa e a articula com o ensino e

a extensão: Produção Vegetal, Gestão de Recursos Agroflorestais Amazônicos e Agricultura Familiar, além de linhas de pesquisas de áreas específicas de seus docentes e colaboradores. Os docentes-pesquisadores da FEA de Altamira estão ligados a diferentes Grupos de Pesquisa cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq. Esses grupos são cadastrados pela própria UFPA ou por outras instituições as quais esses docentes se vinculam a partir das temáticas específicas de seus trabalhos.

Abaixo são apresentadas listas com os docentes-pesquisadores da Faculdade, com as respectivas linhas de pesquisa e grupo de pesquisa que se vinculam atualmente.

Nome do Docente - Linha(s) de Pesquisa

Djair Alves Moreira: Produção Vegetal; Melhoramento de Plantas e Diagnose de Doenças de Plantas na Transamazônica;

Marcelo Cleón de Castro Silva: Produção Vegetal, Gestão de Recursos Agroflorestais Amazônicos e Agricultura Familiar;

Maristela Marques da Silva: Botânica, Gestão de Recursos Naturais, Ecologia, Agroecologia e Agricultura Familiar;

Miguel Alves Júnior: Produção Vegetal, Diagnose de Doenças de Plantas na Transamazônica, Indução de Resistência e Virologia Vegetal Molecular;

Rainério Meirelles da Silva: Produção Vegetal, Melhoramento de Plantas; Gestão de Recursos Agroflorestais Amazônicos e Agricultura Familiar;

Ronilson de Souza Santos: Produção Vegetal, Gestão de Recursos Agroflorestais Amazônicos e Agricultura Familiar;

Salim Jacaúna de Souza Júnior: Produção Animal, Forragicultura e Pastagens;

Sebastião Geraldo Augusto: Produção Vegetal, Irrigação e Drenagem, Manejo de Cultivos e Engenharia de Água e Solo;

Silvia Cristina Maia Olímpio: Economia Rural, Gestão de Recursos Agroflorestais Amazônicos e Agricultura Familiar;

Simone Maria Costa de Oliveira Moreira: Biotecnologia, Controle Microbiano de Pragas, Gestão de Recursos Agroflorestais Amazônicos e Agricultura Familiar;

Thiago Cavalcante Gomes Ribeiro de Andrade: Produção Vegetal; Gestão de Recursos Agroflorestais Amazônicos e Agricultura Familiar.

Docente-pesquisador - Grupo de pesquisa (Instituição certificadora ? UFPA)

Djair Alves Moreira: Produção Vegetal (Membro-UFPA-PA) e Diagnose de Doenças de Plantas na Transamazônica (Membro-UFPA-PA);

Marcelo Cleón de Castro Silva: Produção Vegetal (Líder-UFPA-PA); Maristela Marques da Silva: Produção Vegetal (Membro-UFPA-PA);
Miguel Alves Júnior: Diagnose de Doenças de Plantas na Transamazônica (Líder-UFPA-PA) e Produção Vegetal (Membro-UFPA-PA);
Rainério Meirelles da Silva: Produção Vegetal (Membro-UFPA-PA);
Ronilson de Souza Santos: Produção Vegetal (Membro-UFPA-PA);
Salim Jacaúna de Souza Júnior: Produção Animal em Pastagens no Trópico Úmido (Líder-UFPA-PA) e Produção Vegetal (Membro-UFPA-PA);
Sebastião Geraldo Augusto: Produção Vegetal (Membro-UFPA-PA);
Silvia Cristina Maia Olímpio: Recursos Socioeconômicos Ambientais (Líder-UFPA-PA) e Produção Vegetal (Membro-UFPA-PA);
Simone Maria Costa de Oliveira Moreira: Diagnose de Doenças de Plantas na Transamazônica (Membro-UFPA-PA) e Produção Vegetal (Membro-UFPA-PA);
Thiago Cavalcante Gomes Ribeiro de Andrade: Produção Vegetal (Membro-UFPA-PA).

Na UFPA, a atividade de pesquisa é normatizada pela Resolução nº 3.043/CONSEPE, de 07 de maio de 2003, e o acompanhamento das ações são feitos pela Diretoria de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP).

POLÍTICA DE EXTENSÃO

Considerada uma das áreas de formação do graduando, a extensão cumpre uma das funções básicas da Universidade, a de difundir a produção de conhecimentos gerada em seu âmbito, pelo caminho mais gratificante para o educador: quando o conhecimento, o saber e o aprendizado intercambiam entre universidade e comunidade. Nessa visão, a extensão é entendida com uma prática que permite a esses setores sociais a complementação, o aprofundamento, a atualização e a difusão de conhecimentos através de interação, troca e co-participação.

Do lado da Universidade, a extensão permite-lhe cumprir uma de suas funções precípuas: contribuir para o desenvolvimento da sociedade ao mesmo tempo em que, na ação integrada, busca e renova conhecimentos e experiências para subsidiar o aprimoramento do ensino e da pesquisa. Segundo o Art. 63 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA, pelo menos 10% do total das horas de integralização dos cursos de graduação deverão ser destinadas às atividades de extensão universitária.

Desse modo, a Faculdade de Engenharia Agrônômica disporá de uma carga horária de 396 horas para essa atividade e que somadas às atividades de extensão das disciplinas e as atividades complementares, ultrapassará o percentual exigido pelo referido Regulamento. Torna-se, portanto, necessária a criação de estratégias para melhor aproveitamento dessa carga horária. Tais estratégias serão definidas de acordo com o que propõe o Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 2001.

O plano traz como ponto de partida o reconhecimento de que a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001 S/D).

Partindo desses princípios, podemos definir as seguintes diretrizes para o desenvolvimento das estratégias para a política de extensão no curso de Agronomia do Campus Universitário de Altamira:

- a) A extensão deve ser concebida não como uma "terceira função" da universidade, mas como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, que encontra soluções para intervenção na realidade concreta;
- b) A extensão possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade para a superação das desigualdades sociais existentes;
- c) A extensão é a força propulsora necessária para articular o saber popular e as práticas sociais das comunidades com o saber acadêmico e a prática social da vida universitária. Os projetos de extensão, propostos por docentes, técnicos ou por várias subunidades acadêmicas articuladas, podem, ainda, ser formalizados para a obtenção de recursos financeiros e para a admissão de bolsistas por meio dos procedimentos administrativos definidos pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX).

No tocante aos fundamentos legais, os projetos de extensão desenvolvidos na UFPA devem obedecer ao disposto na Resolução n.º 3.298/CONSEPE, de 07 de março de 2005.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A Universidade Federal do Pará em conformidade com as proposições emanadas do MEC e ordenamentos normativos próprios (Estatuto, Regimento e Regulamento) vem consolidando sua política de inclusão social, a exemplo do sistema de cotas, que destina 50% das vagas dos cursos de graduação a alunos oriundos da rede pública.

Na mesma direção, a UFPA aderiu ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) cujo objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

5.7.1 Assistência ao Estudante

As ações do programa estão direcionadas para assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. A adoção de políticas e práticas de natureza inclusiva constitui-se em passo inicial para minimizar as lacunas que obstaculizam o acesso de alunos com características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem próprias.

Neste sentido, é importante reconhecer que a educação expressa uma das dimensões de integração social, ao contrário, do prolapado discurso, que a incumbe do exclusivo papel de transformação social. Para a efetiva implementação de políticas inclusivas é indispensável associar as demais dimensões que influenciam e determinam a integração da vida em sociedade: A construção de uma sociedade integradora, por sua vez, somente será possível se a integração se efetivar em todos os âmbitos da vida social. Isto quer dizer que a sociedade será integradora na medida em que a educação, a economia, a cultura, a saúde integrem as classes, camadas e grupos hoje excluídos (GOÉS e LAPLANE, 2007, p.14).

Assim, a redução dos abismos sócio-econômico-culturais é condição sine qua non para viabilizar a educação inclusiva, e oferecer aos alunos, com distintas necessidades, a possibilidade da construção de conhecimento inovador, referenciado em práticas e vivências significativas, cuja finalidade é promoção da autonomia e conseqüente inserção social.

5.7.2 Atendimento ao Aluno Especial

A Portaria/MEC nº 3.284 de 07 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de

autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, determina instrumentos de avaliação das condições de oferta do curso, quanto ao critério de acessibilidade.

Neste sentido, é necessária a adaptação da infraestrutura física do local de funcionamento do curso, cuja finalidade é eliminar as barreiras arquitetônicas, favorecendo acesso e circulação do aluno. Além disso, é imprescindível dispor de infraestrutura física, de equipamentos e recursos humanos para atendimento dos alunos com deficiências visuais e auditivas, prevendo a oferta de acervo bibliográfico para leitura em braile e fitas sonoras para uso didático. A presença do profissional com proficiência em LIBRAS expressa outra importante estratégia para inclusão dos alunos portadores de necessidades educativas especiais.

O curso de Agronomia assume o compromisso de se adequar as determinações legais quanto à inclusão social de alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica e com características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem próprias, adaptando espaços, equipamentos e qualificando recursos humanos para o pleno atendimento dos alunos com tais especificidades.

5.7.3 Educação em Direitos Humanos

No viés epistemológico assumido pelo desdobramento curricular do curso, fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos do curso de Agronomia, que tem diferentes espaços de aprendizagem para os discentes, estão incluídos princípios político-filosóficos que abordam a discussão sobre educação em direitos humanos, considerando a equidade étnico-racial, social e cultural, pois o curso pauta-se em um projeto educacional que reconhece, respeita e valoriza as diferenças e leva em consideração as assimetrias tão incidentes nos sujeitos envolvidos no setor agropecuário, seja ele rural, urbano ou periurbano.

Na discussão sobre educação como direito humano há no PPC a preocupação com a diversidade sócio-educacional e cultural, pois as famílias de agricultores da região são oriundas de todas as regiões e de vários estados brasileiros. Assim a preocupação da educação formal é de entender tais diversidades sociais como definido na resolução 01 de 17 de junho de 2004:

A Educação com foco nas Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da

consolidação da democracia brasileira. Ressalta-se aqui que tais orientações são observadas ao longo do percurso formativo centralizando o acadêmico na compreensão desses elementos para que quando estiverem inseridos no ambiente formal de trabalho consigam visualizar essas várias nuances sociais.

A inclusão sócio-educacional se materializa no presente PPC na proposição de atividades formativas que propiciem aos estudantes (...) o uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas (Art. 2 da Resolução 01/2012), seja nas disciplinas de Legislação Agrária e Ambiental e Ética e Legislação Profissional, nos Estágios Supervisionados, nas atividades extracurriculares e em projetos de pesquisa e extensão.

Em consonância com a resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012 que trata estabelece as diretrizes nacionais para os direitos humanos tal temática será inserida no ambiente de formação desde a construção do PPC e posteriormente trabalhada de forma transversal nos núcleos de conhecimentos desenvolvidos ao longo do percurso formativo.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

O curso de Agronomia da Faculdade de Engenharia Agrônômica do Campus Universitário de Altamira, da UFPA, adota o planejamento e a avaliação como procedimentos necessários e permanentes da organização curricular e do processo ensino-aprendizagem. O planejamento ocorre antes de cada atividade curricular sendo no segundo e quarto período letivo. Já a avaliação se dá ao final de cada período letivo.

Para o planejamento, são realizadas reuniões e oficinas fora do ambiente da Faculdade, onde se discute todo o percurso do período letivo. Nesta reunião, além dos docentes e técnicos, participam os discentes representantes de cada turma e os representantes do Centro Acadêmico da Agronomia (Ceagro). Também participam os docentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE). A avaliação se dá ao final do período letivo em uma reunião no ambiente da Faculdade de Engenharia Agrônômica.

Todos os professores são orientados a discutir no primeiro dia de aula sobre o plano de curso que orienta os procedimentos metodológicos que serão ministrados. Esse plano de curso também é entregue aos representantes de turma e na secretaria da Faculdade. Ocorre uma avaliação on line de cada disciplina via sistema da UFPA, porém o professor é estimulado a fazer uma avaliação de sua disciplina junto à turma.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Os alunos devem compreender o significado da avaliação e a intencionalidade da sua realização. A priori, a Faculdade de Engenharia Agronômica apresentará a concepção de avaliação que orienta o curso, bem como a Política institucional de avaliação adotada pela Universidade. Além disso, os instrumentos que operacionalizam a avaliação do docente e a avaliação do curso. O necessário entendimento da avaliação pelo discente é imprescindível para evitar distorções na concepção e na prática avaliativa.

Dessa forma, se propõe um diagnóstico das fragilidades e limitações do curso, seja nos aspectos acadêmicos e/ou administrativos, objetivando adotar um conjunto de ações e estratégias que minimizem os efeitos indesejáveis evidenciados. Em conformidade com as orientações da Coordenadoria de Avaliação e Currículo, serão adotados os instrumentos de avaliação propostos pela referida coordenação.

Uma vez implementados, será realizada análise diagnóstica dos resultados da avaliação e retroalimentados aos sujeitos envolvidos, promovendo a constituição de um espaço comum de diálogo, críticas, proposições e ações, cuja finalidade precípua é favorecer, o desenvolvimento, a contento, do curso. No que se refere a avaliação do processo educativo, em particular, nos orientaremos nas formulações de Bloom que classifica as modalidades de avaliação, quanto a função desempenhada: Diagnóstica - Diagnóstico de competências e habilidades, pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem.

Identifica as prováveis causas de dificuldades de aprendizagem; Formativa - Informa aos sujeitos os resultados da aprendizagem, evidenciados ao longo do percurso acadêmico, identificando limitações na organização do trabalho pedagógico, possibilitando reformulações durante o processo; Somativa - Avalia os níveis de aproveitamento alcançados pelos alunos no processo de aprendizagem. O rendimento observado deve se balizar por objetivos proposto no planejamento.

Os diferentes momentos da avaliação não representam etapas estanques, ao contrário estão inter-relacionadas e subsidiam o trabalho pedagógico na adoção de ações e estratégias para superar as dificuldades observadas. A avaliação do discente se pautará em critérios previamente apresentados pelo docente e discutidos coletivamente com a turma. Os objetivos do trabalho avaliativo não serão meramente classificatórios ou de verificação de resultados, a proposta é que ele seja um instrumento subsidiário da prática educativa, identificando limites e indicando possibilidades.

De acordo com o que dispõe o art. 178 do Regimento Geral da UFPA, o registro do desempenho final do discente ocorrerá sob a forma de conceito final, resultante do conjunto de procedimentos previstos para a avaliação. Os procedimentos avaliativos serão registrados, de forma explícita, no Plano de Ensino de cada professor responsável pelas atividades curriculares, aprovados em reunião de planejamento pelo Conselho da Faculdade de Engenharia Agrônômica, na perspectiva de identificar, por período letivo, até que ponto os alunos alcançaram as competências e as habilidades a serem consolidadas no respectivo período.

O resultado parcial e/ou final da avaliação será apresentado pelo docente a turma e contará com autoavaliação do discente, avaliação do docente pela turma, e avaliação da turma pelo docente.

O processo educativo é construído por diferentes sujeitos, alunos, docentes, técnicos, familiares. Entretanto, o docente, desempenha destacado papel, na organização de ambientes de aprendizagem, cuja finalidade é o desenvolvimento de competências e habilidades pelo aluno ao longo do percurso acadêmico. Neste sentido, o docente precisa dispor de sólida e continuada formação para lidar com a complexidade de desafios que envolvem o fazer educativo.

Considerando as múltiplas dimensões que influenciam o processo educacional, dentre as quais: dimensões sociais, psicológicas, biológicas e culturais, é necessário reconhecer a importância da avaliação do trabalho docente. Esta avaliação não deve ser compreendida como instrumento de fiscalização ou mera verificação no cumprimento dos resultados esperados (carga horária, aprovação de alunos), ela deve se configurar como uma ação subsidiária ao processo educativo, cuja finalidade é identificação de limites e fragilidades, a partir da qual se conjugarão esforços coletivos para enfrentamento e superação das dificuldades.

Assim, é importante a compreensão teórico-conceitual da avaliação, enquanto elemento indissociado da educação e do trabalho docente, momento de refletir sobre o alcance dos objetivos propostos, de revisão dos princípios metodológicos, da ambiência de aprendizagem construída nos períodos letivos. Dessa forma, propomos que a avaliação do trabalho docente ocorra nos seguintes momentos: 1) Autoavaliação, 2) Avaliação pelo discente e, 3) Avaliação pela comissão acadêmica da Faculdade.

Os instrumentos e procedimentos dessa avaliação precisam ser coletivamente definidos e particularmente esclarecidos aos sujeitos envolvidos, a fim de evitar distorções e desvios nos

propósitos avaliativos.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A avaliação deste PP será uma ação permanente, considerando as metamorfoses próprias do fazer educativo e da complexa rede de interações que influem no processo educacional. Como construção coletiva, a avaliação deve contemplar a participação da comunidade acadêmica envolvida com as atividades do curso de Agronomia. Considerando os marcos regulatórios que tratam da avaliação dos cursos e das IES se pretende a revisão deste projeto a cada ciclo de avaliação do SINAES (03 anos). Entretanto, a delimitação temporal dessa avaliação, não limita a readequação dos elementos que requeiram ação mais imediata.

No âmbito desta Universidade, a avaliação estará em conformidade com as resoluções e regulamentos emanados dos Conselhos Superiores e das orientações da Coordenação de Avaliação e Currículo da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. No âmbito da Faculdade será formada comissão acadêmica integrada por docentes, discentes e técnicos, com a finalidade de encaminhar, a nível propositivo e operativo, as ações que envolvam a avaliação nas distintas modalidades e momentos do curso.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Djair Alves Moreira	Doutor	Genética e Melhoramento de Plantas	Dedicação Exclusiva
Marcelo Cleón de Castro Silva	Doutor	Fitotecnia - Produção Vegetal	Dedicação Exclusiva
Maristela Marques da Silva	Doutor	Agroecossistemas	Dedicação Exclusiva
Miguel Alves Júnior	Doutor	Fitopatologia	Dedicação Exclusiva
Rainério Meireles da Silva	Doutor	Genética e Melhoramento de Plantas	Dedicação Exclusiva
Ronilson de Souza Santos	Mestre	Ciência do Solo	Dedicação Exclusiva
Salim Jacauna de Souza Júnior	Doutor	Produção Animal	Dedicação Exclusiva
Sebastião Geraldo Augusto	Doutor	Engenharia Agrícola	Dedicação Exclusiva
Silvia Cristina Maia Olímpio	Mestre	Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido	Dedicação Exclusiva
Simone Maria Costa de Oliveira Moreira	Doutor	Biotecnologia	Dedicação Exclusiva
Thiago Cavalcante Gomes Ribeiro de Andrade	Mestre	Agroenergia	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

Ailton Araújo - Graduado em Engenharia Agrônoma, Especialista em Gestão Ambiental, Técnico de Campo.

Taiane Lima Silva - Graduada em Ciências Naturais, Assistente em Administração.

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
O Laboratório de Informática com espaço de 180m ² e capacidade para 60 computadores divididos em duas salas de 30 computadores cada. Os computadores estarão ligados à rede mundial de computadores e servirão para as disciplinas de Introdução à Informática, Introdução à Agronomia, Geoprocessamento, Metodologia de Pesquisa, dentre outras, ministradas no desenho curricular do curso de Agronomia. O laboratório possui instalações para portadores de necessidades especiais e rampa de acesso.	Imóvel	40	Aula	2
Bloco de sala de aula e laboratório: O prédio dispõe de 03 salas, cada uma com 181,29m ² , totalizando 354,20m ² , usadas da seguinte forma: 01 sala de aula e 01 laboratório de desenho e construções rurais, ambos com capacidade para 40 alunos cada. Na outra sala funcionará o laboratório de Irrigação e Drenagem e um espaço para o centro Acadêmico de Agronomia ? Ceagro e organização da Semana de Integração das Ciências Agrárias ? SICA, realizada anualmente, desde 2001, todos os meses de novembro pelos alunos com a poio da faculdade. Esse Prédio é uma construção antiga que apresenta muitos problemas, o que tem inviabilizado o uso de alguns espaços.	Sala	40	Aula	3
Sala de reuniões do Conselho da Faculdade de Engenharia Agrônômica. Esse espaço localiza-se no Pavilhão de salas de Aulas da Agronomia, no térreo do prédio destinado a Faculdade. Possui acessibilidade e elevador interno e tem área de 20 m ² .	Sala	20	Reunião	1
Sala para professores visitantes com 15 m ² no andar térreo do Pavilhão da Faculdade de Engenharia Agrônômica. Apresenta acessibilidade pela rampa de acesso do prédio.	Sala	6	Orientação acadêmica	1
Sala de aula com capacidade para 50 alunos com quadro magnético e centrais de ar. Localizada no andar térreo o Pavilhão da Faculdade de Engenharia Agrônômica. Possui instalações boas, novas com bebedouro acessibilidade via rampa. No térreo deste prédio também se localiza os banheiros, sendo um feminino, um masculino e um para portadores de necessidades especiais.	Sala	50	Aula	3
Sala de aula com capacidade para 70 alunos com quadro magnético e centrais de ar. Localizada no andar térreo o Pavilhão da Faculdade de Engenharia Agrônômica. Possui instalações boas, novas com bebedouro acessibilidade via rampa. No térreo deste prédio também se localiza os banheiros, sendo um feminino, um masculino e um para portadores de necessidades especiais.	Sala	70	Aula	1

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
<p>Laboratório de solos: Esse laboratório está instalado em um prédio com uma área física total de 168,92 m², com sete (7) divisões internas, distribuídas em: 01 sala com 77,72 m² destinada para as análises químicas, físicas e biológicas de solo, com bancadas e equipamentos; 02 salas com 8,10 m² cada um, destinadas à balanças de precisão e equipamentos sensíveis; 01 sala de 8,10 m² destinada à estufas de secagem e esterilização; 01 sala de 16,00 m² destinada ao técnico responsável pelo laboratório; 01 banheiro com 6,53 m²; 01 lavabo com 2,00 m², 01 área de recepção e preparação de solos e depósito; e 01 varanda com 30 m². É preciso realizar uma ampliação no prédio para uma sala de recepção e armazenamento de solos, especialmente para atividades de extensão.</p> <p>Desde a implantação do curso de Agronomia no Campus, em 2001, o laboratório foi utilizado como Multidisciplinar para as atividades práticas das disciplinas Zoologia, Botânica, Fisiologia, Ecologia, Agropedologia e Química, especialmente pela falta de infraestrutura mínima requerida pelo curso, bem como a falta de equipamentos para a realização de análises de solo.</p>	Laboratório	40	Aula	1
<p>O prédio está em fase de conclusão que servirá como Infraestrutura para Pesquisa Biotecnológica na Transamazônica, Campus de Altamira (BIOTEC-ATM) que foi aprovado pelo Edital FINEP, contendo três espaços de 32,4 m² cada, sendo os espaços para Biologia Celular e Citogenética, Biotecnologia Vegetal e Animal e Genética e Melhoramento de Plantas e Biologia Molecular. Cada Laboratório será coordenado por uma Faculdade, sendo o Laboratório de Genética Molecular coordenado pela Faculdade de Engenharia Agrônoma.</p>	Laboratório	20	Aula	1
<p>Laboratório de Fitopatologia Agrícola e Florestal. Esse Laboratório com aproximadamente 30 m² servirá para atividades de Pesquisa e Ensino. Construído no primeiro andar do Pavilhão de Aulas da Faculdade de Engenharia Agrônoma, sub unidade da UFPA campus de Altamira. Apresenta acessibilidade através de elevador interno. Sua capacidade é de 20 alunos por turno e, portanto, as turmas deverão ser divididas. As condições físicas estão em boa condição, o prédio no qual o laboratório esta inserido é uma construção nova.</p>	Laboratório	20	Aula	1
<p>Laboratório de Microbiologia Agrícola e Biotecnologia. Esse Laboratório com aproximadamente 30 m² servirá para atividades de Pesquisa e Ensino. Construído no primeiro andar do Pavilhão de Aulas da Faculdade de Engenharia Agrônoma, sub unidade da UFPA</p>	Laboratório	20	Aula	1

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
campus de Altamira. Apresenta acessibilidade através de elevador interno. Sua capacidade é de 20 alunos por turno e, portanto, as turmas deverão ser divididas. As condições físicas estão em boa condição, o prédio no qual o laboratório esta inserido é uma construção nova.				
Laboratório de Botânica e Sistemática Vegetal. Esse Laboratório com aproximadamente 30m2 servirá para atividades de Pesquisa e Ensino. Construído no primeiro andar do Pavilhão de Aulas da Faculdade de Engenharia Agrônômica, sub unidade da UFPA campus de Altamira. Apresenta acessibilidade através de elevador interno. Sua capacidade é de 20 alunos por turno e, portanto, as turmas deverão ser divididas. As condições físicas estão em boa condição, o prédio no qual o laboratório esta inserido é uma construção nova. Porém existe necessidade de equipamentos para esse laboratório.	Laboratório	20	Aula	1
Laboratório de Entomologia Agrícola. Esse Laboratório com aproximadamente 30m2 servirá para atividades de Pesquisa e Ensino. Construído no primeiro andar do Pavilhão de Aulas da Faculdade de Engenharia Agrônômica, sub unidade da UFPA campus de Altamira. Apresenta acessibilidade através de elevador interno. Sua capacidade é de 20 alunos por turno e, portanto, as turmas deverão ser divididas. As condições físicas estão em boa condição, o prédio no qual o laboratório esta inserido é uma construção nova.	Laboratório	20	Aula	1
Laboratório de Ensino multiuso. Esse Laboratório com aproximadamente 66m2 servirá para atividades de Ensino de várias disciplinas. Construído no primeiro andar do Pavilhão de Aulas da Faculdade de Engenharia Agrônômica, sub unidade da UFPA campus de Altamira. Apresenta acessibilidade através de elevador interno. Sua capacidade é de 60 alunos por turno. As condições físicas estão em boa condição, o prédio no qual o laboratório esta inserido é uma construção nova. Porém, existe a necessidade de compra e aquisição de equipamentos comuns como microscópios, lupas e computadores para esse laboratório.	Laboratório	60	Aula	1
Laboratório de Sócio Economia. Esse Laboratório com aproximadamente 30m2 servirá para atividades de Pesquisa e Ensino, além de orientação de alunos. Construído no primeiro andar do Pavilhão de Aulas da Faculdade de Engenharia Agrônômica, sub unidade da UFPA campus de Altamira. Apresenta acessibilidade através de elevador interno. Sua capacidade é de 20 alunos por turno e, portanto, as turmas deverão ser divididas. As condições físicas estão em boa condição, o prédio no qual o laboratório esta inserido é uma construção nova.	Laboratório	10	Aula	1

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
<p>Laboratório de Produção Animal. Esse Laboratório com aproximadamente 30m² servirá para atividades de Ensino e Pesquisa. Construído no primeiro andar do prédio de salas de aulas e Laboratórios da Faculdade de Engenharia Agrônômica, sub unidade da UFPA Campus de Altamira. Apresenta acessibilidade através de elevador interno. Sua capacidade é de 20 alunos por turno e, portanto, as turmas deverão ser divididas. As condições físicas estão em boa condição, o prédio no qual o laboratório esta inserido é uma construção nova.</p>	Laboratório	20	Aula	1
<p>Os laboratórios aqui propostos, juntamente com aqueles já descritos, são necessários para o bom funcionamento do curso de Engenharia Agrônômica como a seguir: Mecanização agrícola, Hidráulica, Máquinas e Motores Agrícolas, Tecnologia de Sementes e Propágulos, Tecnologia de Produtos de origem Animal e Vegetal, Climatologia, Melhoramento de Plantas, Genética Molecular, Georreferenciamento e Fisiologia Vegetal.</p> <p>Para o laboratório de Mecanização Agrícola a faculdade não dispõe de espaço, no entanto adquirimos via SAGRI, na forma de comodato, um trator agrícola e alguns implementos, mas não há espaço para guardá-los e ficam ao relento se deteriorando.</p>	Laboratório	20	Aula	11
<p>Setor Administrativo-acadêmico: O prédio dispõe de uma área total de 315,00m², com 11 divisões internas, sendo elas: 01 secretaria administrativa com 22,65 m²; 02 gabinetes com 15m² cada; 05 gabinetes com 9,45 m², 02 banheiros com um total de 10 m² e 01 copa com 6,00 m². A acessibilidade é boa, porém o imóvel necessita de uma reforma.</p>	Secretaria	20	Administrativa	1

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
<p>Bloco de sala de aula e laboratório: O prédio dispõe de 03 salas, cada uma com 181,29m², totalizando 354,20m², usadas da seguinte forma:</p> <p>01 sala de aula e 01 laboratório de desenho e construções rurais, ambos com capacidade para 40 alunos cada. Na outra sala funcionará o laboratório de Irrigação e Drenagem e um espaço para o centro Acadêmico de Agronomia ? Ceagro e organização da Semana de Integração das Ciências Agrárias ? SICA, realizada anualmente, desde 2001, todos os meses de novembro pelos alunos com a poio da faculdade.</p> <p>Esse Prédio é uma construção antiga que apresenta muitos problemas, o que tem inviabilizado o uso de alguns espaços.</p>	quadro magnético	Cedido	3	
<p>Laboratório de Fitopatologia Agrícola e Florestal. Esse Laboratório com aproximadamente 30m² servirá para atividades de Pesquisa e Ensino. Construído no primeiro andar do Pavilhão de Aulas da Faculdade de Engenharia Agrônômica, sub unidade da UFPA campus de Altamira.</p> <p>Apresenta acessibilidade através de elevador interno. Sua capacidade é de 20 alunos por turno e, portanto, as turmas deverão ser divididas. As condições físicas estão em boa condição, o prédio no qual o laboratório esta inserido é uma construção nova.</p>	computador	Cedido	1	Não é cedido, é da Faculdade. É preciso disponibilizar outra opção para o patrimônio da Subunidade, por exemplo, próprio.
<p>Sala de aula com capacidade para 50 alunos com quadro magnético e centrais de ar. Localizada no andar térreo o Pavilhão da Faculdade de</p>				

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Engenharia Agronômica. Possui instalações boas, novas com bebedouro acessibilidade via rampa. No térreo deste prédio também se localiza os banheiros, sendo um feminino, um masculino e um para portadores de necessidades especiais.	quadro magnético	Cedido	3	
Sala de aula com capacidade para 70 alunos com quadro magnético e centrais de ar. Localizada no andar térreo o Pavilhão da Faculdade de Engenharia Agronômica. Possui instalações boas, novas com bebedouro acessibilidade via rampa. No térreo deste prédio também se localiza os banheiros, sendo um feminino, um masculino e um para portadores de necessidades especiais.	quadro magnético	Cedido	1	
Setor Administrativo-acadêmico: O prédio dispõe de uma área total de 315,00m ² , com 11 divisões internas, sendo elas: 01 secretaria administrativa com 22,65 m ² ; 02 gabinetes com 15m ² cada; 05 gabinetes com 9,45 m ² , 02 banheiros com um total de 10 m ² e 01 copa com 6,00 m ² . A acessibilidade é boa, porém o imóvel necessita de uma reforma.	datashow	Cedido	4	
	mesa	Cedido	7	

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ECONOMIA. Recife. Anais... Recife: ANPEC, vol. 35. 2007.

GÓES, M.C.R. e LAPLANE, A.L.F.(orgs.) ? Políticas e práticas da Educação Inclusiva ? 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

GRAZIANO, J. S. JORNAL VALOR ECONÔMICO \\\ "Lições de uma década\\\", 2012.

GUILHOTO, J.J M.; ICHIHARA, J. M.; SILVEIRA, F. G.; et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: ENCONTRO NACIONAL DEHAYAMI, Y.; RUTTAN, V.W. Agricultural Development: An International. Revised Edition. USA RFF Press, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2006. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília: INCRA/FAO, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2000. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1996. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília: INCRA/FAO, 1996

LAMARCHE, H. A agricultura familiar. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

MORHY, E. Estudo analisa produção e uso de cipó títica em Belém. Jornal Beira do Rio. UFPA, Belém, Pará, 2008.

PPC DE AGRONOMIA. Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia. UFPA, Campus Universitário de Altamira, 2003.

UFPA. Regulamento do Ensino de Graduação. CONSEPE, 2013, Belém, Pará

UFPA. Estatuto da Universidade Federal do Pará. CONSEPE, 2007. Belém, Pará.